

Política Industrial e Resultado Empresarial: Um estudo de caso na Positivo Informática S.A.

Daniel Ramos Nogueira
UFPR
dr.nogueira@hotmail.com

Paulo Mello Garcias
UFPR
paulomg@ufpr.br

Esmael Almeida Machado
UEMS/UFPR
el_machado_ms@uems.br

RESUMO

A intervenção do estado na economia é uma discussão antiga que tem dividido opiniões, tem-se de um lado os defensores do conceito da mão invisível, e de outro aqueles que consideram o estado uma peça necessária no mercado. Destarte, este artigo aborda a política industrial e seu impacto no mercado de informática nacional, sendo analisada em específico a implantação da MP do Bem, que veio incentivar a venda de computadores no Brasil. Com isso, a questão de pesquisa que norteia este trabalho é “A MP do Bem influenciou nos resultados das empresas da indústria de Computadores?”, para resolução efetuou-se um estudo de caso na Positivo Informática. Justifica-se a presente pesquisa pela necessidade e importância de feedback das políticas industriais, podendo-se assim, constatar se a mesma surtiu algum efeito. Caracteriza-se como um estudo analítico, e para consecução procedeu-se a análise dos demonstrativos contábeis, utilizando técnicas de análise de índices de resultado e do método DuPont, comparando-os com os índices médios do mercado da indústria digital, que são fornecidos pela revista Exame, edição Melhores e Maiores. Os resultados da pesquisa demonstram melhora nos índices contábeis e DuPont no período após a implantação da MP do Bem, superando inclusive os índices de mercado.

Palavras-Chave: Política Industrial. Informática. Desempenho.

1. INTRODUÇÃO

A interferência ou não do estado na economia é uma discussão que se arrasta a muito tempo. De um lado temos os defensores do conceito da mão invisível de Adam Smith, que pregam que o mercado em uma situação ideal, conseguiria alocar adequadamente e de forma independente os recursos, e em contrário, aqueles que vêem o estado como uma presença necessária para o controle do mercado.

Independente das discussões acadêmicas, a grande maioria dos países procura intervir no mercado objetivando controlá-lo, para que este possa trilhar por caminhos prósperos. Destarte, no Brasil não é diferente, há intervenções do Estado que procuram auxiliar o mercado nas suas possíveis insuficiências, visando sustentá-lo e incentivar seu desenvolvimento.

As intervenções do Estado através de políticas industriais podem ser de diversas maneiras, algumas atingindo o mercado como um todo e outras em pontos específicos. As políticas industriais de mercado objetivam “[...] a promoção da atividade produtiva, na direção de estágios de desenvolvimento superiores aos preexistentes em determinado espaço nacional” (FERRAZ, PAULA E KUPFER *in* KUPFER E HASENCLEVER, 2002). Isto significa que são intervenções estatais que irão influenciar na estrutura e desempenho das entidades.

No Brasil, a política industrial está contida no plano de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Este plano é composto de vários itens, sendo um deles a inclusão digital, que tem como foco principal aumentar o número de computadores nos domicílios brasileiros.

Para que o plano de política industrial logre resultados, o estado utiliza as ferramentas que estão a sua disposição, como criação e alterações de leis, políticas tributárias, entre outras. Desta maneira, o governo fez uso de uma de suas ferramentas ao publicar a Medida Provisória (MP) nº 255, que ficou popularmente conhecida como a MP do Bem, que após aprovada se tornou a Lei 11.196/2005. Por meio desta, o governo torna zero a alíquota para os tributos do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre a venda de computadores no varejo.

Esta medida acarretou mudança na demanda do mercado por computadores, e consequentemente influenciou as empresas do setor de produção e venda de computadores. Seguindo essa linha de pensamento, esta pesquisa procura responder ao seguinte questionamento: **A MP do Bem influenciou nos resultados das empresas da indústria de Computadores?**

Justifica-se a presente pesquisa pela necessidade e importância da existência de *feedback* sobre as políticas industriais, podendo-se assim, constatar se a mesma surtiu ou não algum efeito. Sendo assim, objetiva-se com esta pesquisa analisar se a MP do Bem influenciou os resultados das empresas da indústria de computadores, tendo como referência a empresa Positivo S.A.

A escolha da Positivo S.A. se justifica por ser a que possui o maior *market share* no mercado de computadores no Brasil. Em 2007 no mercado de varejo atingiu 33,6% e no mercado total de informática 24,3%. Nos dois mercados essa participação de mercado supera a soma da 2ª e 3ª colocada juntas, o que reforça sua escolha, considerando sua relevância no mercado nacional. Foi selecionada, também, pela facilidade de obtenção dos dados, por ser uma empresa de Capital Aberto e disponibilizar seus demonstrativos contábeis na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

Como meio para a obtenção da resposta a questão de pesquisa, será realizada a análise das demonstrações contábeis por meio de índices, que visam evidenciar e evolução da situação econômica e financeira da empresa, antes e após a aprovação da MP do bem.

O presente trabalho apresenta inicialmente as metodologias utilizadas para o desenvolvimento. Na sequência é discutido o referencial teórico a respeito da intervenção do estado na economia, tendo como referência a teoria das políticas industriais, a política industrial brasileira e o setor de informática no Brasil. Os dados e informações são tratados e analisados fundamentados na teoria da política industrial e de acordo com a metodologia proposta. Por fim, são apresentadas as considerações finais obtidas pela pesquisa.

2. METODOLOGIA

Segundo Cooper e Schindler (2003) esta pesquisa caracteriza-se como um estudo formal, sendo *ex post facto* e longitudinal. E é um estudo de caso com finalidade analítica.

Para atingir o objetivo proposto, primeiramente fez-se o levantamento das demonstrações contábeis e informações divulgadas pela Positivo S.A. na BOVESPA e no site da empresa na seção destinada à investidores, onde coletou-se informações quantitativas e qualitativas sobre o resultado empresarial antes, durante e após a emissão da MP do bem.

Segundo Takamatsu e Lamounier (2006) “a atualização monetária das demonstrações financeiras, independente do número índice adotado (desde um indexador oficial até um

índice de preços ao consumidor), garante aos analistas uma maior confiabilidade em suas análises”. Tendo com base esta premissa, para fins de análise das demonstrações contábeis, foi procedida a atualização monetária utilizando o IGP-DI (FGV).

Após feita a atualização monetária das demonstrações contábeis, procedeu-se à análise dos demonstrativos contábeis, utilizando técnicas de análise de índices de rentabilidade ou resultado e do método DuPont. Comparou-se os índices da Positivo Informática com os índices médios do mercado da indústria digital, que são fornecidos pela revista Exame, edição Melhores e Maiores.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 POLÍTICAS INDUSTRIAIS

As políticas industriais objetivam promover a atividade produtiva, colaborando para que o país atinja estágios superiores de desenvolvimento. Ferraz, Paula e Kupfer (*in* Kupfer e Hasenclever, 2002) conceituam política industrial como “[...] o conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, que podem afetar a alocação inter e intra-industrial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho dos agentes econômicos em um determinado espaço nacional”.

Um dos aspectos mais polêmicos em uma política industrial é estabelecer as metas. As principais críticas são direcionadas para os setores que foram escolhidos, rotulados de “escolha de campeões”. Nos dizeres de Johnson (*in* SUZIGAN e FURTADO, 2006), essa visão é equivocada, pois este defende que as políticas industriais são “esforços cooperativos dos setores público e privado para entender a natureza da mudança tecnológica e antecipar seus prováveis efeitos econômicos”.

Quando se trata de metas (*targeting*), Johnson (*in* SUZIGAN e FURTADO, 2006) esclarece que:

O governo não toma essas decisões, mas as ratifica e apóia. A política industrial torna-se um meio de avaliar sua significação econômica e científica. *Targeting*, portanto, não significa a promoção de tecnologias que provavelmente não se desenvolveriam sem apoio; significa, isto sim, ajudar essas tecnologias a alcançar rapidamente as necessárias economias de escala e a eficiência industrial sem as quais elas nunca se tornariam internacionalmente competitivas.

Para a análise da política industrial, são utilizadas 3 correntes:

1. pela Ótica das Falhas de Mercado;
2. pela Ótica Desenvolvimentista e
3. pela Ótica da Competência para Inovar.

Pela ótica das falhas de mercado, o estado intervêm na economia buscando sanar as possíveis falhas que podem vir a existir, como estruturas de mercados ou condutas não competitivas (oligopólios e monopólios), externalidades, bens públicos, entre outras.

A ótica desenvolvimentista compreende a atuação do Estado como um elemento ativo, e não apenas corretivo, como na ótica das falhas de mercado. A intervenção nesta ótica é a noção de apoio à indústria nascente, a premissa é que a indústria que está se constituindo em um determinado país, terá custos mais elevados do que as outras indústrias já constituídas em outros países. Portanto, caso o estado não faça a intervenção, haverá uma perpetuação de uma determinada divisão internacional do trabalho.

A política industrial pela ótica da competência para inovar destaca as relações entre o mercado, as estratégias e as inovações tecnológicas. Esta ótica ressalta que não só as empresas são influenciadas pela estrutura do mercado, mas também as estratégias da empresa podem

influenciar a estrutura, sendo necessário nesse caso um ritmo elevado de mudança tecnológica. Portanto, por esta ótica, o estado deve estimular as empresas a desenvolverem novas capacitações. “Assim, o que os economistas ortodoxos chamam de falhas de mercado, na verdade, constituem a força do crescimento e da mudança estrutural do capitalismo, que podem e devem ser induzidas mediante regimes específicos de regulação e incentivos” (FERRAZ, PAULA E KUPFER *in* KUPFER E HASENCLEVER, 2002).

A política industrial adotada pelo estado pode variar de acordo com o alvo pretendido. Os alvos prioritários podem ser dois: as políticas horizontais e verticais.

Ao relatar sobre política industrial horizontal, tem-se como exemplo no Brasil o início dos anos 90, em que o governo brasileiro deixava transparecer a tendência predominante desta, em relação às verticais ou setoriais (BONELLI; VEIGA; e BRITO. 1997). Segundo os autores supracitados, essa definição de política horizontal,

[...] se por um lado poderia indicar uma medida potencialmente horizontal, por outro sugeria a necessidade de se criarem instâncias de negociação que significassem, essencialmente, a possibilidade de voltar a identificar "ganhadores" e "perdedores" na concessão de incentivos por parte do Estado — o que não foi fácil no contexto da época.

Portanto, mesmo que a política a princípio demonstrasse total abrangência da economia, era necessário a existência de uma câmara ou grupos executivos, que determinariam quais setores deveriam receber as benesses provenientes da política industrial adotada.

3.2 POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA

O Brasil mais recentemente, também apresenta o seu plano de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que foi lançado em 31 de março de 2004. Este plano de política industrial tem como objetivo o aumento da eficiência da estrutura produtiva, aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações.

O PITCE está dividido em 3 planos:

1. Linhas de ações horizontais:
 - a. Inovação e desenvolvimento tecnológico;
 - b. Inserção externas;
 - c. Modernização Industrial
 - d. Ambiente Institucional / aumento da capacidade produtiva.
2. Opções Estratégicas:
 - a. Semicondutores;
 - b. Software;
 - c. Bens de capital;
 - d. Fármacos e medicamentos.
3. Atividades portadoras de futuro
 - a. Biotecnologia
 - b. Nanotecnologia
 - c. Biomassa / energias renováveis

Ao observar os 3 planos da PITCE, tem-se a impressão da mesma ser voltada exclusivamente para as grandes empresas, porém, Noronha e Turchi (2005) elucidam que os Arranjos Produtivos Locais (APL) também estão contidos nela, ao relatarem que:

A inclusão de micro e pequenos empreendimentos no desenho da atual Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior (PITCE) vem ocorrendo por meio de esforços de promoção da competitividade desses empreendimentos em forma de

arranjos produtivos. Tal concepção de política é bastante recente no cenário da política industrial nacional. [...] A política industrial atual mantém a preocupação do fortalecimento de cadeias produtivas e introduziu novas diretrizes, tais como a ênfase na inovação tecnológica, estímulos a Parcerias Público-Privadas e, mais recentemente, a integração de ações federais, estaduais e locais na promoção de pequenos empreendimentos em Arranjos Produtivos Locais.

Dentro do plano de opções estratégicas está a inclusão digital, que visa aumentar o número de computadores nos domicílios brasileiros. Esse programa recebeu o nome inicialmente de PC conectado, que posteriormente foi alterado para Computador Para Todos.

3.2.1 ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA MP DO BEM

Visando atingir o objetivo da inclusão digital, o governo publicou a MP nº 255, conhecida como a “MP do Bem”, que após aprovada se tornou a Lei 11.196/2005. Nesta lei, o governo torna zero a alíquota para o PIS e COFINS sobre a venda de computadores no varejo.

Esse benefício tributário reduziu de imediato o preço de venda em 9,25% (PIS: 7,6% e COFINS: 1,65%), e veio ao encontro do desejo dos brasileiros que pretendiam adquirir um computador, porém não conseguiam, dado o alto preço.

Desta maneira, nos últimos anos, o setor de informática ganha mais representatividade perante a economia nacional. Deve-se isso ao sucesso dos computadores na atualidade, tornando-se facilitadores e agilizadores do processo de registro e difusão de informações e conhecimentos.

3.3 SETOR DE INFORMÁTICA

Para verificar o aumento de demanda no setor de informática deve-se observar o faturamento do setor, por este ser considerado um dos melhores termômetros de qualquer atividade. Na tabela e gráfico abaixo se pode notar o aumento crescente ano a ano, e um aumento nos anos da emissão da M.P. do bem e no seu ano seguinte, por volta de 17% (valores constantes) em 2005 e 2006, sendo superior ao desempenho do ano anterior a emissão da M.P. do bem que estava em 10% de crescimento. Em 2007, nota-se que o mercado começa a estabilizar, e deixa de haver vultosos crescimentos como houve nos anos anteriores.

Tabela 1 – Faturamento do Setor de Informática de 2003 a 2007.

	Ano	<i>Faturamento (R\$ milhões valores correntes)</i>	<i>Faturamento (R\$ milhões valores constantes)</i>
	<i>Faturamento</i>	2003	16.701
2004		20.624	23.383
2005		24.437	27.368
2006		29.418	31.742
2007		31.441	31.441
<i>Crescimento Percentual</i>	2003 x 2002	25%	16%
	2004 x 2003	23%	10%
	2005 x 2004	18%	17%
	2006 x 2005	20%	16%
	2007 x 2006	7%	-1%

Fonte: Elaborado com dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE).

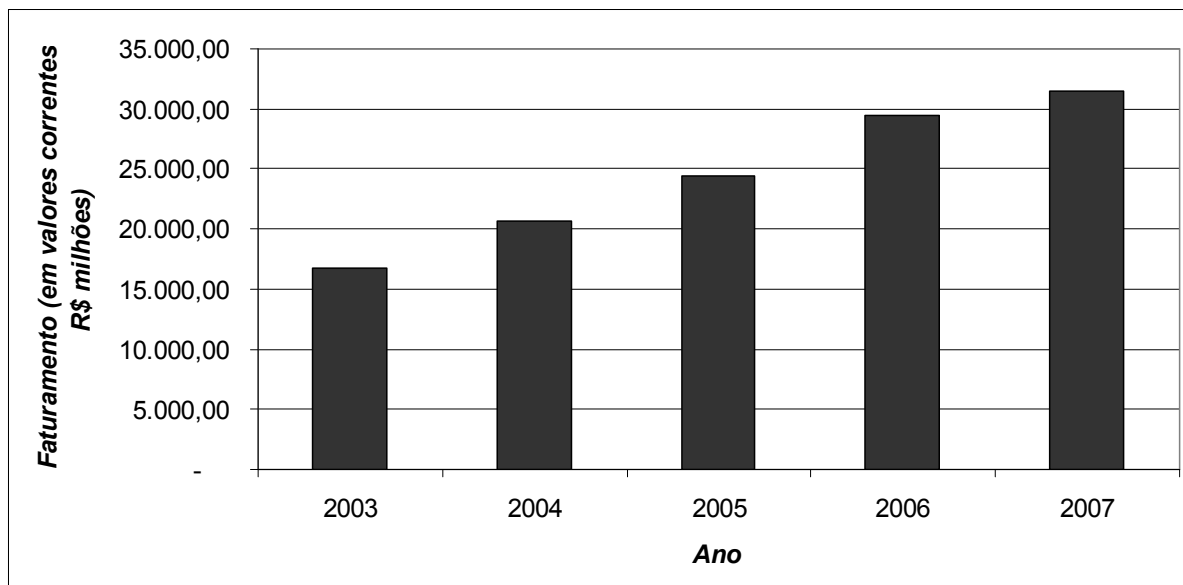


Gráfico 1 – Faturamento do Setor de Informática de 2003 a 2007.

Fonte: Elaborado com dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE).

Todas as medidas tomadas pelo Estado, para a execução da política industrial, geraram um aumento na demanda por computadores para residências, visto que o foco da MP do bem era para computadores destinados à venda no varejo, fazendo com que as lojas aumentassem suas compras e conseqüentemente, as indústrias nacionais (como a positivo) fabricassem e vendessem mais computadores, para atender esta demanda.

O aumento do faturamento gerou um aumento nas importações de matéria prima, devido a grande parte dos componentes utilizados nos computadores serem importados. Nota-se na tabela abaixo que o setor teve aumentos representativos em todos os anos, principalmente no ano de emissão da M.P. do bem e nos anos posteriores, chegando a obter 42% de aumento de importação em 2007 em relação ao ano anterior. Destarte, é perceptível o aumento na demanda por matérias primas importadas, como um efeito diretamente proporcional ao aumento na demanda por computadores.

Tabela 2 – Componentes para Informática Importados de 2003 a 2007 (em US\$ milhões).

	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Importação (em US\$ milhões)</i>	879	1.170	1.598	2.178	3.089
<i>Aumento Percentual em Relação ao Ano Anterior</i>	1%	33%	37%	36%	42%

Fonte: Elaborado com dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE).

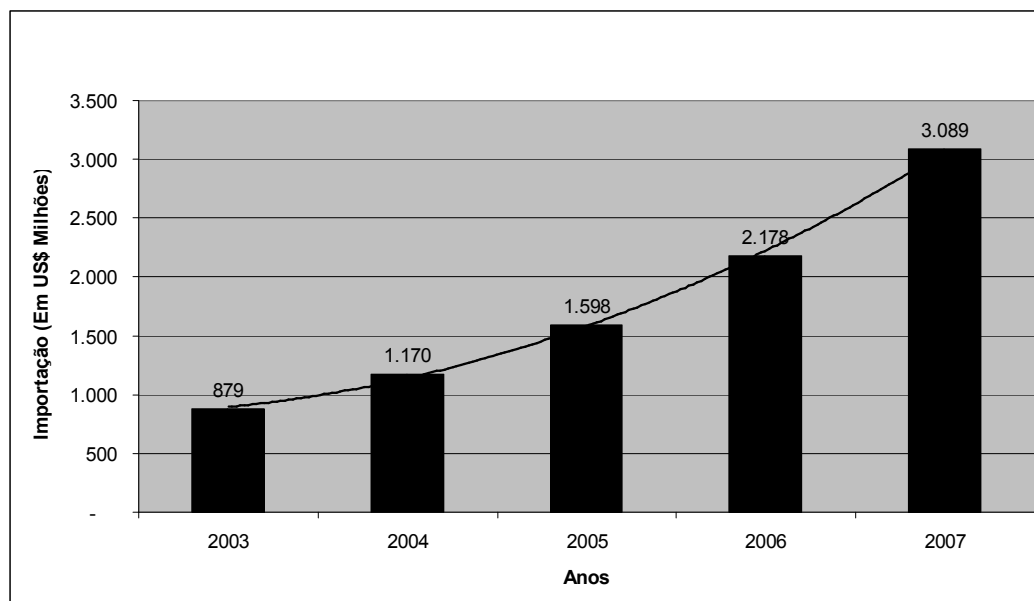


Gráfico 2 – Componentes para Informática Importados de 2003 a 2007 (em US\$ milhões)..

Fonte: Elaborado com dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE).

Analisando a demanda por computadores no Brasil, nota-se o aumento que houve nos últimos 3 anos. Em 2005, ano de implementação da M.P. do Bem, houve um aumento nas vendas de 38% em relação ao ano anterior, em 2006 ocorreu um aumento de 46% e em 2007 de 21%. Nota-se também que com a redução dos preços dos computadores (*desktop* e *notebook*) houve uma fuga dos consumidores do *desktop* (computadores fixos, com monitores separados da CPU) em direção ao *notebook* (computadores portáteis), chegando em 2007 a atingir 24% do total de computadores vendidos, ou seja, a cada 4 computadores vendidos, 1 era um *notebook*.

Tabela 3 - Mercado de Computadores no Brasil de 2003 a 2007 (em mil unid.)

VENDAS	2003	2004	2005	2006	2007
MERCADO TOTAL	3200	4074	5635	8225	9983
Desktops	n.d.	3880	5322	7550	8071
Notebooks	n.d.	194	313	675	1912
Mercado Oficial	960	1100	2135	4380	6486
Mercado Não Oficial	2240	2974	3500	3845	3497

Fonte: Elaborado com dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DO CRESCIMENTO DAS VENDAS

Com a implantação da Política Industrial em 2004, e com a utilização das ferramentas governamentais, como a isenção de impostos para o setor em 2005, através da MP do Bem, é visualmente perceptível o aumento das vendas de computadores nos anos de 2005, 2006 e 2007.

A tabela 4 demonstra as vendas da empresa desde o ano de 2000, e pode-se observar com mais facilidade no gráfico, o aumento significativo a partir de 2005, nas vendas da Positivo Informática. As receitas da tabela abaixo foram corrigidas pelo índice IGP-DI (FGV) para que possam ser comparadas.

O aumento acentuado é facilmente visualizado a partir de 2005, que é quando surge a M.P. do bem. Desde então, a empresa teve em 2006 e 2007 aumentos constantes na receita bruta. Em 2006 a receita bruta aumentou 79% em relação ao ano anterior, e em 2007 aumentou 43% em relação a 2006 (valores constantes).

O aumento das vendas teve como uma de suas causas o menor custo do computador, como pode-se notar o custo médio do PC em 2000 era de mais de 4 mil reais, bem diferente dos de R\$ 1505,65, realizado em 2007. Com os PC's mais baratos, a população passa a adquirir mais este bem, e com isso, alavancam-se as vendas do setor.

Tabela 4 – Receita Bruta e Computadores Vendidos da Positivo Informática de 2000 a 2007.

Ano	Receita Bruta de Hardware (em R\$ Milhões – valores correntes)	Receita Bruta de Hardware (em R\$ Milhões valores constantes)	Crescimento das Vendas Positivo (Valores constantes em %)	Crescimento médio das vendas do setor (em %)	nº de PC's Vendidos (em mil)	Preço Médio do PC* (em R\$)
2000	79,5	151,86			19,5	4.076,92
2001	105,4	182,36	20,1	4,4	24,4	4.319,67
2002	165,2	226,11	24,0	-6	31,5	5.244,44
2003	112,1	142,51	-37,0	-16,3	21,5	5.213,95
2004	265,7	301,24	111,4	2,3	101,3	2.622,90
2005	731,7	819,47	172,0	4	379,4	1.928,57
2006	1355,8	1.462,89	78,5	7,6	834,7	1.624,30
2007	2091,5	2.091,50	43,0	7,3	1.389,1	1.505,65

*Preço Corrente Dividido por nº de PC's Vendidos

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do relatório anual da Positivo Informática.

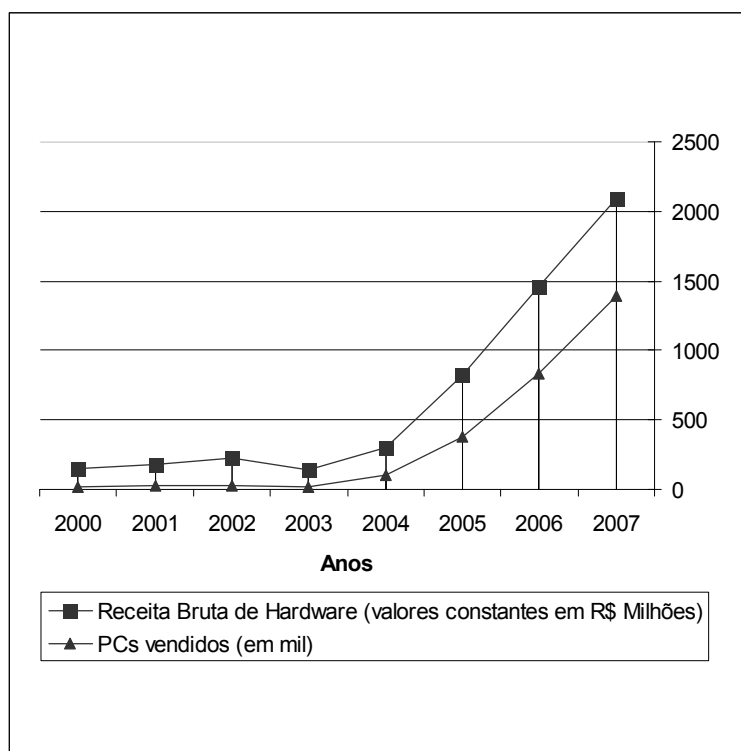


Gráfico 3 – Receita Bruta e Computadores Vendidos da Positivo Informática de 2000 a 2007.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do relatório anual da Positivo Informática.

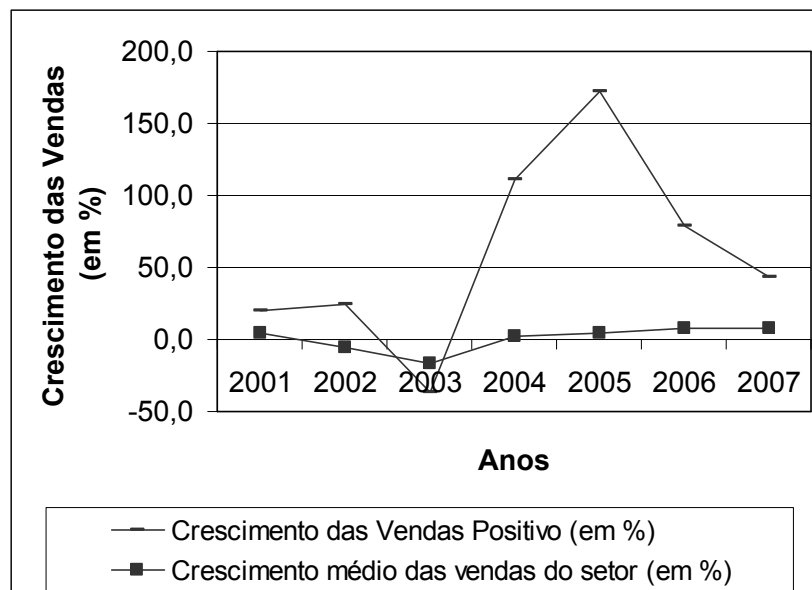


Gráfico 4 – Crescimento das Vendas da Positivo comparada com a Média do Setor.
Fonte: Elaborado pelos autores com dados do relatório anual da Positivo Informática.

Quando comparado com o crescimento das vendas do setor, a Positivo Informática demonstra também um crescimento bem superior a média do mercado da Indústria Digital. No ano de 2007, os índices de crescimento das vendas da Positivo começam a normalizar-se e se aproximam da média do mercado.

Com o aumento nas vendas, é natural que a importação de matérias primas aumentasse, e por conta disso a Positivo Informática que em 2006 ocupava o quinto lugar no ranking das empresas importadoras de produtos do estado do Paraná, com um valor de US\$ 184.990.060 (crescimento de 139% em relação a 2005), passa em 2007 para o quarto lugar, importando US\$ 352.337.734, aumentando 90% em relação a 2006.

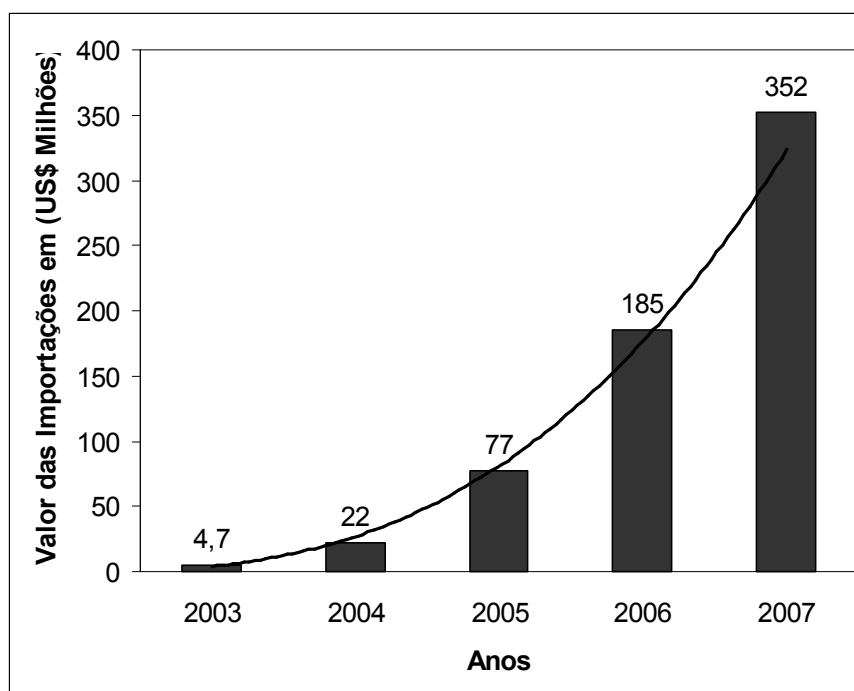


Gráfico 5 – Importações da Positivo Informática de 2003 a 2007.
Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Ministério do desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

4.2 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Primeiramente, se faz necessário definir que índice “é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa” (MATARAZZO, 2003).

Os índices fornecem uma ampla visão da situação econômica ou financeira da empresa, eles permitem ao analista obter informações a partir das demonstrações contábeis.

O número de índices a ser utilizado varia de acordo com a finalidade da análise, se o objetivo for a concessão de créditos de um fornecedor à um cliente, os índices de rentabilidade e liquidez serão de grande valia, porém, se o interesse for adquirir a empresa, a utilização de outros índices também será necessária.

Para finalidades desta pesquisa decidiu-se utilizar os índices de rentabilidade ou resultado e o método DuPont, para verificar o desempenho da empresa.

4.2.1 ÍNDICES DE RENTABILIDADE OU RESULTADO

Giro do Ativo

O Giro do Ativo, também conhecido como produtividade, significa a eficiência com que a empresa utiliza seus ativos, com o objetivo de gerar vendas. Quanto mais o ativo gerar em vendas reais, mais eficiente está a gestão dos ativos (MARION, 2006).

O giro do Ativo da Positivo Informática foi aumentando com o passar dos anos. Percebe-se que foi muito superior no ano de implantação e anos seguintes a implementação da MP do bem, quando este índice permeou os valores entre 1,68 e 1,86, bem diferente dos anos anteriores, quando estavam entre 1,34 e 1,24.

Tabela 5 – Índices do Giro do Ativo de 2003 a 2007.

<i>Índice</i>	<i>2007</i>	<i>2006</i>	<i>2005</i>	<i>2004</i>	<i>2003</i>
<i>Giro do Ativo</i>	1,68	1,77	1,86	1,34	1,24

Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos demonstrativos contábeis da Positivo Informática.

Margem das Vendas ou Margem Líquida

Compara o lucro líquido em relação às vendas líquidas do período, fornecendo o percentual de lucro que a empresa está obtendo em relação ao seu faturamento (SILVA, 2001). Este índice permite verificar qual o percentual do faturamento líquido que se tornou lucro na empresa.

Na Figura 5 pode-se notar que o índice de margem líquida melhorou a partir do ano de 2005, quando atingiu o valor de 3,13, após dois anos de valores negativos. Manteve-se positivo nos anos seguintes, alcançando o valor de 4,14 no ano de 2007.

Tabela 6 – Índices de Margem Líquida de 2003 a 2007.

<i>Índice</i>	<i>2007</i>	<i>2006</i>	<i>2005</i>	<i>2004</i>	<i>2003</i>
<i>Margem das Vendas ou margem líquida</i>	4,14	2,02	3,13	(3,93)	(3,67)
<i>Índice médio da Indústria Digital</i>	2,5	3,6	2,8	2,6	2,4

Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos demonstrativos contábeis da Positivo Informática.

Ao compararmos os índices da Positivo Informática com os do setor, nota-se que o mercado digital manteve-se com crescimento estável, apenas experimentando um pico de aumento no ano de 2006, quando atinge 3,6%. No restante dos anos permanece entre 2,4 e 2,8. A positivo até a implementação da M.P. do Bem mantinha índices negativos e a partir de 2005 não só atinge um índice positivo, mas supera o índice médio do mercado da indústria digital.

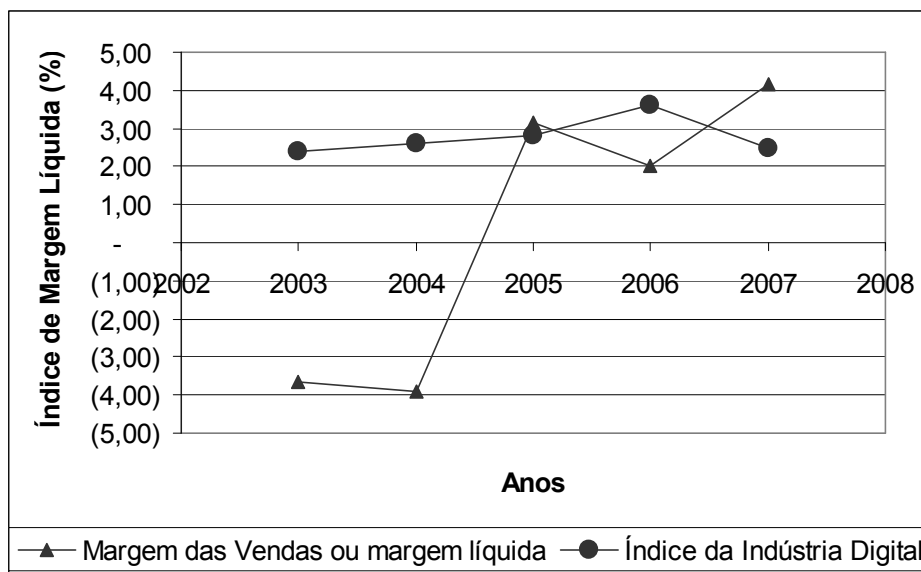


Gráfico 6 – Índice de Margem Líquida de 2003 a 2007.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos demonstrativos contábeis da Positivo Informática.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Nos dizeres de Matarazzo (2006) “a verificação pura e simples do valor do lucro líquido de uma empresa não é esclarecedora. É preciso comparar esse valor com o Capital Próprio investido”.

Assim, se faz necessário a comparação entre o lucro líquido do período e o capital investido na empresa, obtendo-se assim o índice de rentabilidade do Patrimônio Líquido (PL).

Tabela 7 – Índices de Rentabilidade do Patrimônio Líquido de 2003 a 2007.

Índice	2007	2006	2005	2004	2003
<i>Rentabilidade do Patrimônio Líquido</i>	15,05	9,13	19,61	(24,81)	(32,51)
<i>Índice médio da Indústria Digital</i>	8,4	10,6	8,5	9,7	6,1

Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos demonstrativos contábeis da Positivo Informática.

Como pode-se notar na tabela 7, o índice aumenta bruscamente a partir de 2005, e se mantém positivo, diferentemente dos anos antecessores a 2005, quando o índice era negativo. Verifica-se também que o índice da positiva supera o índice médio do mercado nos anos de 2005 e 2007, sendo que em 2006 foi apenas 13% inferior, porém, ainda assim sendo positivo. A partir de 2005 a rentabilidade do PL da empresa passa a ser positiva, abandonando os índices negativos que até então vigoravam, como se pode observar com maior clareza no gráfico 7.

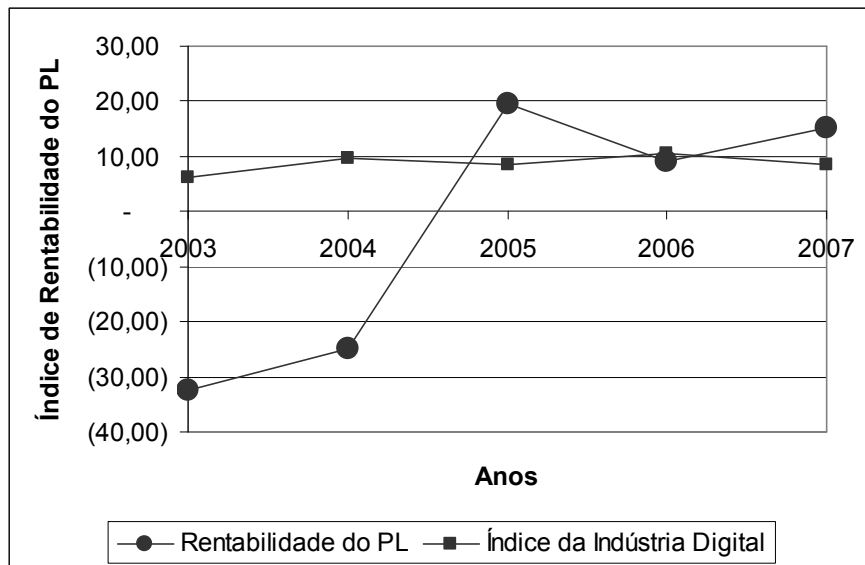


Gráfico 7 – Índice de Margem Líquida de 2003 a 2007.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos demonstrativos contábeis da Positivo Informática.

4.2.2 ANÁLISE PELO MÉTODO DUPONT

O sistema DuPont tem sido usado por administradores financeiros como uma estrutura alternativa para analisar as demonstrações contábeis e avaliar a situação financeira da empresa. Ele une a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço Patrimonial (BP) em duas medidas-sínteses da lucratividade: a taxa de retorno sobre o ativo total (ROA) e a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) (GITMAN, 1997). Na figura 7, podemos visualizar a fórmula de cálculo do método DuPont.

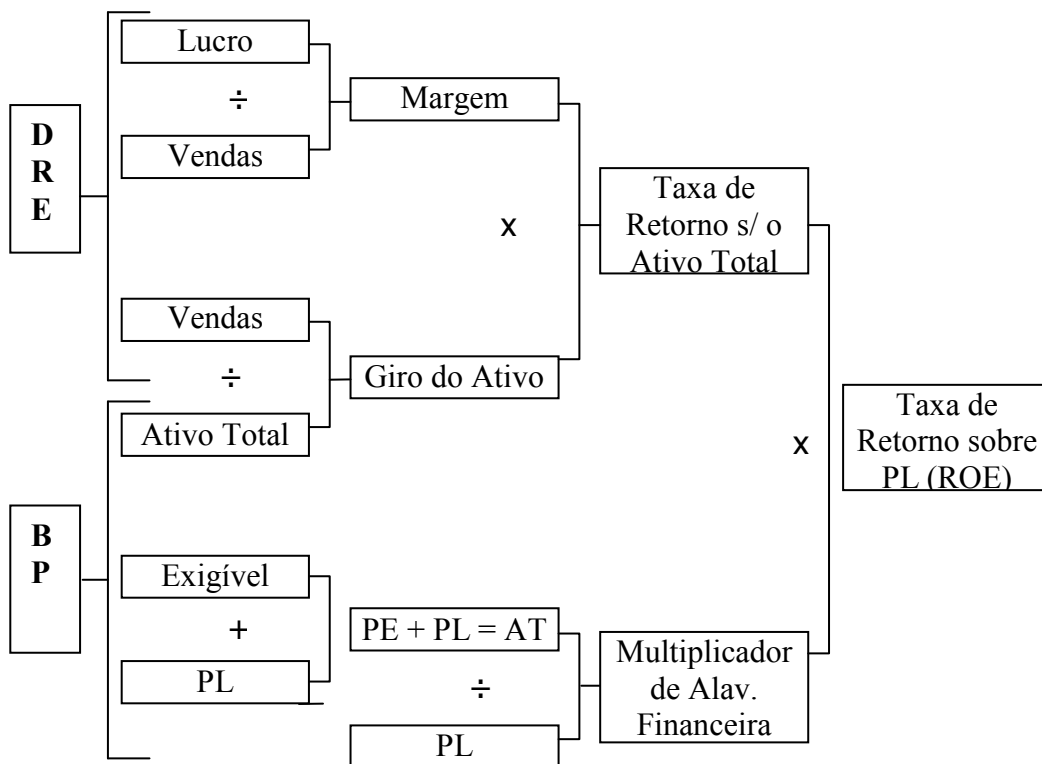


Figura 1 – Sistema DuPont

Fonte: Adaptado de Gitman (1997, p. 126)

Quando aplicado o método DuPont nas demonstrações da Positivo Informática, obtém-se os resultados dispostos na tabela 8.

Tabela 8 – Índice Método DuPont

Taxa de Retorno Sobre PL - ROE	2007	2006	2005	2004	2003
	19,39	10,14	18,46	(24,86)	(20,82)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos demonstrativos contábeis da Positivo Informática.

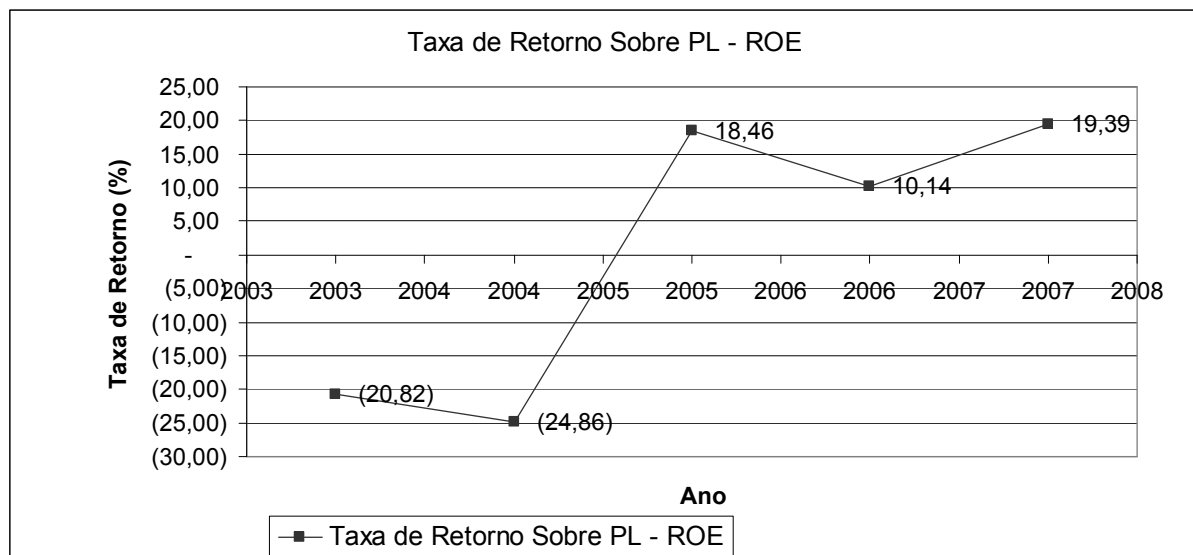


Gráfico 8 – Gráfico do Método DuPont de 2003 a 2007

Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos demonstrativos contábeis da Positivo Informática.

Pela aplicação do método DuPont, pode-se verificar que a partir de 2005 a empresa passa a ter um índice positivo, sendo assim, ela passa a trazer um retorno positivo para a empresa e conseqüentemente para o investidor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de informática no Brasil vem crescendo avassaladoramente nos últimos anos. O mercado brasileiro mostra-se receptivo aos produtos produzidos nacionalmente, principalmente por estarem com preços mais acessíveis do que outrora. Nesse panorama, a situação contempla efeitos positivos para o consumidor, que passa a ter um acesso facilitado a tecnologia (devido a redução do preço) e aumenta o acesso a divulgação de conhecimento e informação. Inclusive resultando em um fator positivo para o comércio, através do aumento das vendas.

A presente pesquisa explorou um dos planos incluídos nas políticas industriais seguidas no país. Foi analisado somente o segmento de informática e os benefícios que esse obteve a partir da emissão da MP do bem e influenciou as empresas deste segmento, tendo como referência a Positivo Informática.

Após as análises pode-se verificar que a MP do bem influenciou positivamente o resultado da empresa estudada. Desde a vigência da MP do bem as vendas de computador no varejo aumentaram de forma exorbitante e contribuíram para a melhora dos resultados da empresa estudada, que tem como foco principal de sua atuação no Brasil a venda de computadores a lojas de varejo.

Todos os índices analisados neste trabalho demonstraram melhora significativa a partir de 2005, e se mantiveram crescentes nos anos seguintes. Os índices de rentabilidade do

patrimônio líquido, margem líquida e do método DuPont, que vinham negativos até 2004, a partir de 2005 ficam positivos e superam a média das empresas do mercado digital.

Não se pode deixar de salientar que houve uma condição favorável do mercado também, que principalmente com a queda considerável da cotação do dólar nos últimos 3 anos, principalmente no ano de 2007, favoreceu os resultados positivos.

Os resultados dessa pesquisa não podem ser generalizados, dado o seu grau de especificidade, uma vez que foi aplicado somente a uma empresa do setor e foi analisado somente um dos pontos do plano de política industrial. Mas, apesar dessa ressalva, é possível afirmar que a intervenção do estado, através de uma política industrial ativa, alterou a dinâmica de mercado e contribuiu para a melhoria do desempenho das empresas do setor.

Novas pesquisas poderão surgir para detectar se houve mudança no desempenho de outros setores da área de informática, como prestação de serviços ou venda de peças.

6. REFERÊNCIAS

ABINEE. **Desempenho Setorial**. São Paulo, 2007. Disponível em:

<<http://www.abinee.org.br/abinee/decon/decon15.htm>> Acesso em jul. 2008.

ABINEE. **Comportamento da Indústria Eletroeletrônica em 2007**. São Paulo, 2008.

Disponível em: <<http://www.abinee.org.br>> Acesso em jul. 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. Diário Oficial, Brasília, DF, 22 nov. 2005.

BONELLI, Regis; VEIGA, Pedro da M.; BRITO, Adriana F. Texto para discussão nº 527 **As políticas industrial e de comércio exterior no Brasil: rumos e indefinições**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0527.pdf>> acesso em nov. 2007.

CARPANEZ, Juliana. **Veja como usar o programa de inclusão digital “computador para todos”**. **Folha online**. São Paulo, Jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/nformatica/ult124u18585.shtml>> Acesso em: nov. 2007.

DIEESE. **Política Industrial no Brasil: O que é a nova política industrial**. Nota técnica. São Paulo. Disponível em: <www.dieese.org.br/notatecnica/notatecPoliticaindustrial.pdf> acesso em nov. 2007.

FARINA, Elizabeth M.M.Q., AZEVEDO, Paulo F, e SAES, Maria Sylvia M. **Competitividade: Mercado, Estado e Organizações**. São Paulo: Ed. Singular, 1997.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque. **Livre Comércio versus protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições**. **Estudos Econômicos**. São Paulo, vol. 28, n. 1, p. 33 – 75, jan./mar. 1998.

KUPFER, David e HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Ministério Do Desenvolvimento, Indústria E Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlaDesComExterior/indEstatisticas/balComercial.php>> Acesso em nov 2007.

POSITIVO INFORMÁTICA. **Relatório Anual 2006**. Curitiba. Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/positivo/web/arquivos/Positivo_RA2006.pdf>. Acesso em nov. 2007.

REVISTA EXAME. Melhores e Maiores 2008. São Paulo: Editora Abril, jul. 2008. 378p.

_____. Melhores e Maiores 2007. São Paulo: Editora Abril, jul. 2008. 378p.

_____. Melhores e Maiores 2003. São Paulo: Editora Abril, jul. 2008. 378p.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. **Política Industrial e Desenvolvimento**. Revista de Economia Política. São Paulo: vol. 26, nº 2, pp. 163-185, abril-junho/2006.

TAKAMATSU, Renata Turola; LAMOUNIER, Wagner Moura. **A Importância da Atualização Monetária de Valores para Análise das Demonstrações Financeiras**. In: 3º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 25-26 jul. 2006. São Paulo: 2006.